

Introdução

O desenvolvimento local é hoje apontado como o grande desafio frente às disparidades e desigualdades sociais. Temas como políticas públicas locais, sustentabilidade e responsabilidade social, estão cada vez mais difundidos nos debates acadêmicos, em práticas que objetivam a sustentabilidade por parte do setor privado, em ações de solidariedade e nas inúmeras iniciativas de organizações da sociedade civil. Um dos aspectos primordiais para que as iniciativas e políticas realizadas contribuam realmente na diminuição das disparidades tanto localmente quanto a nível global, é a própria consciência dos fatores que resultaram em tais situações de subdesenvolvimento. Isto implica na conscientização de que os processos políticos e econômicos adotados nestes últimos anos, agravaram e causaram novos problemas e dilemas. No caso específico do Brasil, este amadurecimento encontra-se na mesma perspectiva histórica de formação da sociedade brasileira e na análise das lutas entre as classes dominantes e subjugadas. Visto que hoje os Estados nacionais integram o contexto global através das diversas formas de interação e analisando que a inclusão ou exclusão dos países está ligada aos respectivos níveis de desenvolvimento e participação nos centros de decisões, torna-se necessário abordar conceitualmente a globalização e suas conseqüências. Neste passo também se considera importante analisar as mudanças de funções sofridas pelos Estados nacionais, ou a desestatização e desnacionalização de setores produtivos, que questionados pela falta de eficácia da gestão dos seus recursos sofreram reformas de desestruturação. Este movimento é o responsável pelo aumento da influência e domínio do mercado, excluindo do processo de decisão econômica, os demais agentes da sociedade. Em contrapartida à exclusão, observa-se o aumento de iniciativas locais e globais por parte da sociedade civil para agir e participar de atividades que buscam a melhoria dos problemas sociais e emancipação social. Até neste ponto pode-se identificar algumas questões gerais ligadas a discussão entre o pensamento keynesiano e o pensamento neoclássico, porém não é a intenção do trabalho discorrer de forma específica no tema.

A definição de globalização é ampla e implica em diversas pontuações, desde a discussão sobre se há apenas um único processo ou diversos tipos de globalização até o estudo sobre as influências no campo das relações humanas. Desta forma o trabalho proposto tenta articular a visão do sociólogo Boaventura de Sousa Santos acerca da globalização hegemônica e contra-hegemônica debatendo os desafios na formulação de políticas de desenvolvimento local e na criação do ambiente necessário para que o processo se dê como via de emancipação social e econômica.

* Acadêmico do 2º ano do curso de Administração da FAE Centro Universitário.

Em breve referência às reformas neoliberais no Brasil, utilizar-se-á os ensaios de Maria Conceição Tavares e José Luis Fiori no livro intitulado (Des) Ajuste Global e Modernização Conservadora, demonstrando a abordagem crítica do modelo em face do ajustamento ocorrido. As políticas neoliberais adotadas em países como o Brasil, propiciaram ambiente favorável à entrada de empresas multinacionais, diminuição dos custos de produção e reestruturação organizacional acompanhando a revolução tecnológica. O desenvolvimento local também se mostra como desafio para a própria conscientização e alinhamento das organizações não governamentais acerca dos problemas e paradigmas no campo conceitual e prático. Observa-se que as dificuldades são enormes e que a sociedade ainda não está realmente consciente da atual situação, constatando-se que as orientações econômicas e políticas principalmente dos países desenvolvidos não demonstram mudanças rumo à emancipação social e econômica.

1 Globalização hegemônica e o neoliberalismo

Nas últimas três décadas as relações transnacionais, no que tangem as conjunturas políticas, jurídicas, econômicas, sociais, religiosas e culturais aumentaram de forma drástica. A maneira como as intensificações ocorreram e continuam a evoluir, estão relacionadas entre outros processos, pela chamada Terceira Revolução Industrial, o colapso da União Soviética, a queda do muro de Berlim e pelo Consenso de Washington. As transformações romperam com as antigas formas de relacionamento entre os agentes da sociedade, apresentando novas mediações que objetivam a manutenção da hegemonia capitalista, que por sua vez reformula a sua influência no âmbito do cotidiano. A definição do processo de globalização por Boaventura de Sousa Santos apresenta de forma coerente esta vasta gama de interações.

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiro à revolução nas tecnologias e práticas de informação e de comunicação, da erosão do Estado nacional e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estilos de consumo globalizado. (SANTOS, 2005, p.11).

Observando que as conjunturas são interligadas, estruturando o ambiente da vida social e considerando que as exclusões e desigualdades entre as classes ocorrem através das mediações do sistema capitalista, torna-se importante compreender que o processo de globalização mostra extrema complexidade. Outro autor que discorre a questão da globalização e a diversidade é Octávio Ianni, segundo o qual:

A rigor, a reflexão sobre a sociedade global reabre questões epistemológicas fundamentais: espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato. São questões que se colocam a partir do reconhecimento da sociedade global como uma totalidade complexa e problemática, articulada e fragmentada, integrada e contraditória. Simultaneamente às forças que operam no sentido da articulação, integração e até mesmo homogeneização, operam forças que afirmam e desenvolvem não só as diversidades, singularidades ou identidades, mas também hierarquias, desigualdades, tensões, antagonismos. São forças que alimentam tendências integrativas e fragmentárias, compreendendo nação e nacionalidade, grupo e classes sociais, provincianismo e regionalismo, localismo e cosmopolitismo, capitalismo e socialismo. (IANNI, 2004, p.156).

Inserido no contexto global, o desenvolvimento local apresenta alternativas importantes de emancipação social e econômica, porém deve-se ponderar que a formulação dos projetos e políticas para solucionar os problemas sociais, ainda demonstram falta de consenso e aplicabilidade. Uma das causas que provocam a falta de alinhamento estratégico entre as diversas iniciativas de desenvolvimento local é o próprio senso comum acerca da globalização, que considera o fenômeno, como um único processo capitalista, onde se defende e são abordadas principalmente questões da globalização econômica.

O senso comum ou a falta de consensos acerca dos diferentes processos de globalização, exerce influências diretas e indiretas no vasto campo dos conflitos entre os grupos sociais, muitas vezes encontrando-se de forma subjetiva nos processos políticos, econômicos e jurídicos, assim como na vida dentro da coletividade (SANTOS, 2005). Portanto considera-se necessário identificar os processos de globalização, diferenciando as consequências atreladas a cada desses movimentos. Boaventura de Sousa Santos considera a polarização como uma premissa, que não somente caracteriza os interesses hegemônicos e contra-hegemônicos por um lado, como se dá com o objetivo de compreender e avançar no atual debate do desenvolvimento local no campo das ciências sociais, evitando assim a simplificação e o reducionismo do tema. Seguindo esta abordagem, pontuaremos algumas considerações sobre as definições de globalização hegemônica neoliberal, globalização contra-hegemônica e os impactos nas conjunturas nacionais.

A globalização hegemônica é formada por dois modos de produção que operam conjuntamente: o localismo globalizado que "Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso" (SANTOS, 2005, p.65) e o globalismo localizado que "consiste no impacto específico nas condições locais produzido pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem de localismos globalizados (SANTOS, 2005, p.66). Avalia-se então que o processo de localismo globalizado é dado pela globalização de determinado fenômeno desenvolvido em certa localidade e que remete à assimilação ou a mudança de costumes, identidades e diversas formas de interação social por parte da comunidade ou localidade influenciada. Por sua vez o globalismo localizado caracteriza as influências exercidas, como a perda da identidade local, exclusão econômica, exclusão social, soberania entre outras condições locais.

De acordo com o sociólogo:

Tais globalismos localizados incluem: a eliminação do comércio de proximidade; criação de enclaves de comércio livre ou zonas francas; desflorestação e destruição maciça dos recursos naturais para pagamento da dívida externa; uso turístico de tesouros históricos, lugares ou cerimônias religiosas; artesanato e vida selvagem; dumping ecológico ("compra" pelos países do Terceiro Mundo de lixos tóxicos produzidos nos países capitalistas centrais para gerar dívidas externas); conversão da agricultura de subsistência em agricultura para exportação como parte do "ajustamento estrutural"; etnização do local de trabalho (desvalorização do salário pelo facto de os trabalhadores serem de um grupo étnico considerado "inferior" ou "menos exigente"). (SANTOS, 2005, p.66).

Apesar de operarem em conjunto, os dois processos devem ser analisados separadamente, visto que os países centrais desenvolvem localismos globalizados e os países periféricos possuem a única opção de assimilar de forma passiva o globalismo localizado. Este critério propõe a hierarquização e a divisão internacional na produção de localismos globalizados na medida em que caracteriza a classificação de inclusão ou exclusão que é assumida entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, facilitando a análise das influências a nível local.

Ainda sob a ótica da globalização dominante, notar-se-á que as características da globalização econômica neoliberal conduzem ao agravamento das disparidades sociais ao invés de proporcionar o desenvolvimento.

Elaine Rossetti Behring afirma que o neoliberalismo tem como premissa: a redução do controle estatal na economia cabendo ao Estado apenas a função fiscalizadora; economia dominada pelo sistema financeiro e pelos investimentos em escala global, sinalizando a abertura dos mercados internos ao mercado internacional e a flexibilização dos processos produtivos em escala global, atendendo às dinâmicas exercidas pelas novas tecnologias de produção e de informação (BEHRING, 2003).

Na perspectiva dos estados nacionais, Santos (2005, p.29) afirma que "As implicações destas transformações para as políticas econômicas nacionais podem ser resumidas nas seguintes orientações ou exigências": abertura das economias nacionais ao mercado mundial; adequação dos preços internos aos preços internacionais; prioridade à economia de exportação; políticas fiscal e monetária direcionadas à redução da inflação e da dívida pública; defesa inquestionável dos direitos de propriedade intelectual; privatizações; mobilidade do capital financeiro; desregulamentação da economia; redução dos investimentos nas políticas sociais entre outros. Esses conceitos foram amplamente difundidos e aplicados em diversos países do mundo a partir do Consenso de Washington que comandou as políticas de alinhamento por parte dos estados nacionais em nome do desenvolvimento econômico global.

1.1 Globalização hegemônica e o neoliberalismo no Brasil

Os impactos da globalização hegemônica são profundos e encontram-se em maior gravidade principalmente nos países periféricos e semiperiféricos (SADER, 1995). Os novos problemas sociais e o aprofundamento das desigualdades existentes são constatadas de forma inquestionável. Dentre as inúmeras formas de exclusão global e desigualdades destacam-se: a exclusão da maioria esmagadora da população nas periferias no processo de distribuição de renda em empregos formais; a flexibilização do trabalho; limitação do acesso à educação de qualidade; perda ou precarização do controle das decisões internas principalmente no campo econômico, visto a influência das agências multilaterais; empresas multinacionais flexibilizaram suas cadeias produtivas através da abertura do mercado interno, porém continuaram centralizadas no aspecto das estratégias e tomadas de decisão; a questão dos problemas ambientais, que é considerada um dos maiores agravantes da globalização hegemônica e está diretamente ligada no atual modelo de produção e de consumo por parte de toda a sociedade; a banalização dos processos democráticos; e a perda de direitos.

A globalização neoliberal organiza e propicia dentro dos Estados nacionais, fortes sistemas de fomento às grandes empresas e indústrias e projetos de inserção no mercado financeiro global. As reformas de Estado e as orientações econômicas foram concebidas no Brasil, em um ambiente interno caracterizado pelas seguintes peculiaridades: o país estava em plena fase de transição democrática e enfrentava a grave crise econômica dos anos 1980. Devido a esta precária conjuntura interna "a agenda político-econômica passou a assumir o perfil desejado pelas agências multilaterais: reformas liberais, orientadas para o mercado" (BEHRING, 2003, p.138). Destacam-se no Brasil a exclusão da grande maioria da população na distribuição de renda, causando entre outros problemas a violência, marginalização e limitações na inclusão social. Observa-se também que o gozo dos direitos civis e políticos são distorcidos e o conceito de cidadania se confunde em relação ao consumo de bens e

serviços, visto a cultura de consumo enraizada no processo de globalização hegemônica e nas relações humanas dentro do coletivo (CARVALHO, 2004). Hoje temos no país a consolidação da democracia formal, premissa das diretrizes neoliberais, que adotam práticas extremamente subjetivas ao lidar com os temas de interesse nacional e desenvolvimento. Em estudo realizado sobre tema, José Paulo Netto afirma que "a legitimização democrática do neoliberalismo possui fronteiras" (NETTO, 1995, p.31).

Analisando a conjuntura política e econômica, a convergência das políticas econômicas e as reformas ocorridas recomendadas pelo Consenso de Washington, marcaram de forma definitiva a abertura do mercado brasileiro. As principais características da abertura foram: a rapidez com que as novas empresas e produtos se inseriram no mercado nacional, a falta de medidas de proteção e estímulo no aprimoramento de empresas nacionais, a situação de desequilíbrio dos fundamentos macroeconômicos, descontrole dos fluxos de capitais, a falta de infra-estrutura, necessidade de mão-de-obra qualificada. Estas características envolvem em linhas gerais a limitação do modelo de abertura brasileira. Gilmar Mendes Lourenço afirma que as chances de sucesso da abertura brasileira eram mínimas e que a causa estava ligada aos

[...] constrangimentos macroeconômicos, com destaque para as elevadas carga tributária e de juros, o uso da taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação, a precariedade infra-estrutural selada pela crise fiscal do Estado, o excessivo número de decretos, leis e portarias que asfixiam a vida das empresas, e o reduzido nível de inversões em capacitação de mão-de-obra e ciência e tecnologia (C&T), cruciais à operação nos moldes definidos pela globalização produtiva e financeira. (LOURENÇO, 2005, p.89).

Em análise crítica da situação econômica e política brasileira José Luis Fiori constata que:

A reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado somente adquire sentido e direcionamento com base em uma definição prévia dos novos papéis do próprio Estado. A experiência de reforma neoliberal do Estado no Brasil, nos últimos anos, parece haver-se ocupado mais com a desmontagem de regras e instituições e menos com sua reconstrução. (TAVARES; FIORI, 1993, p.162).

E prossegue afirmando que "A própria realidade indiscutível da globalização financeira, comercial e tecnológica é vista como um grande desafio e não apenas como uma promessa positiva para países em desenvolvimento como é o caso brasileiro" (TAVARES; FIORI, 1993, p.162). Neste mesmo sentido, uma das maiores influências no pensamento econômico brasileiro Maria Conceição Tavares avalia:

Não há como imaginar que os simples ajustes e reformas de cunho liberal sejam capazes de dar vantagens comparativas dinâmicas à economia brasileira e melhorar a sua inserção internacional. Muito menos se pode pretender reduzir as disparidades de renda e resgatar a chamada dívida social sem uma maior cooperação entre o governo, empresas e trabalhadores e, mais do que isso, sem um projeto nacional de mais longo fôlego que inclua o combate à miséria com dimensão estratégica e não crie falsas oposições entre mercado interno e mercado externo, e entre crescimento e distribuição.(TAVARES, 1996, p.107-108).

As reformas neoliberais ocorridas no país tiveram o objetivo de deslegitimar e deformar o modelo de Estado-providência que apesar de demonstrar diversos pontos críticos em relação às suas políticas e

condutas, era o principal mediador entre o crescimento econômico e a grande demanda por serviços sociais. As desigualdades relacionadas ao funcionamento da globalização hegemônica, leva à acumulação de recursos nas mãos de uma minoria e limita as ações econômicas entre a grande maioria da população. Cabe ressaltar ainda que a atual crise econômica mundial está relacionada às medidas neoliberais adotadas em todo o mundo, principalmente pelos países centrais. As consequências da crise serão sentidas em maior ou menor intensidade nos países dependendo do seu posicionamento e disposição de aplicar políticas no sentido de combater as verdadeiras causas dos graves distúrbios observados.

A atuação dos países emergentes como o Brasil é considerada por muitos especialistas como fundamental, pois representam de forma coerente as demandas por mudanças no sistema financeiro e no reordenamento da distribuição das riquezas. Dentro das medidas econômicas a principal argumentação é favorável à regulamentação, limitação e controle dos fluxos financeiros, para reordenar a própria alavancagem do capital. Isto demandará dos Estados nacionais, entidades financeiras, multilaterais e outras instituições, a organização de agendas que atuem de forma conjunta em nível global.

O último ponto desta breve crítica está relacionada a realidade que o modelo hegemônico muitas vezes ignora: a insustentabilidade política, econômica e ambiental. A crítica ao neoliberalismo e à globalização hegemônica em relação aos problemas ambientais se fundamentam principalmente pelo fato de que o mercado e o sistema financeiro não possuem ferramentas que possam colaborar para a mudança efetiva do atual quadro de desordenamento ambiental. A exclusão ocorre também pelo consumo de recursos escassos por parte de uma minoria, tendo por outro lado a maioria da população que demanda por produtos e serviços básicos, induzindo o processo de agravamento das explorações irracionais da natureza sem que sejam seus grandes "beneficiados". Carlos Walter Porto Gonçalves é enfático ao afirmar que:

Não só as leis da termodinâmica e a produtividade biológica primária do planeta têm sido, até aqui, completamente ignoradas por um irrealista otimismo tecno-cêntrico moderno-colonial como se pressupõe que as matérias primas e a energia, fruto do trabalho das populações dos países do Terceiro Mundo, devem continuar fluindo no mesmo sentido e direção da geografia moderno-colonial, ou seja, para os países e classes ricas dos países ricos ou para as classes ricas das regiões ricas dos países pobres. (GONÇALVES, 2004, p.20).

2 Globalização contra-hegemônica, movimentos sociais e as organizações não governamentais no desenvolvimento local

Visto o conceito da globalização hegemônica e a crítica ao modelo neoliberal, abordar-se-á o conceito da globalização contra-hegemônica que é definida por Boaventura Santos como:

o conjunto vasto de redes, iniciativas organizações e movimentos que lutam contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica e que se opõe às concepções de desenvolvimento mundial a estas subjacentes, ao mesmo tempo que propõe concepções alternativas. (SANTOS, 2005, p.7).

Alinham-se à globalização contra-hegemônica o cosmopolitismo e o patrimônio comum da humanidade como ações de resistência às desigualdades provocadas pela globalização dominante e fenômenos ligados a ela. Dentro do vasto campo das alternativas contra-hegemônicas destacam-se: as

alternativas de desenvolvimento local; o desenvolvimento sustentável; a emancipação política, social e econômica; defesa dos direitos humanos; sociabilização das riquezas e alternativas ambientais. A diversidade comprovada entre as várias formas de protagonismo e de emancipação, concebe a compreensão de que as influências no âmbito local devem ser também no âmbito global. Santos (2005, p.74) descreve que "Neste contexto, a globalização contra-hegemônica é tão importante quanto a localização contra-hegemônica" e explica dizendo: "É preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente." (SANTOS, 2005, p.74). Este é um dos grandes desafios por parte dos movimentos sociais, ongs e outros atores que seguem o caminho da contra-hegemonia: influenciar localmente suas atividades objetivando a globalização dessas lutas.

De acordo com o argumento acima, o atual debate sobre o desenvolvimento local engloba estudos, pesquisas, metodologias e experiências e defende a globalização contra-hegemônica como o campo em que são apresentadas alternativas e sugestões para emancipação. Neste sentido a localização contra-hegemônica não implica necessariamente na recusa de resistências globais ou translocais, considerando que a polarização dos conceitos e as práticas de desenvolvimento local devem ser também globalizadas.

Um dos maiores exemplos de atuação contra-hegemônica de dimensão global é o Fórum Social Mundial (FSM), acontecimento onde se expressam e atuam diferentes formas de protagonismo, com características abrangentes. A definição por Boaventura de Sousa Santos mostra claramente o amplo debate social atribuído ao fenômeno:

O FSM é o conjunto das iniciativas de intercâmbio transnacional entre movimentos sociais, organizações não-governamentais (ONGs), e os seus conhecimentos e práticas das lutas sociais, nacionais e globais, levadas a cabo em conformidade com a Carta de Princípios de Porto Alegre contra as formas de exclusão e de inclusão, de discriminação e igualdade, de universalismo e particularismo, de imposição cultural e relativismo, produzidas ou permitidas pela fase atual do capitalismo conhecida como globalização neoliberal. (SANTOS, p.15).

O FSM demonstra a diversidade e integridade dos anseios por parte de toda a sociedade onde a pluralidade da vida social e das lutas sociais integra-se de maneira representativa. Muitos consideram que o evento é o pilar dos movimentos sociais na articulação das experiências locais e globais, e neste sentido Sader (2005, p.21) afirma que "Os Fóruns Sociais Mundiais conseguiram surgir como o espaço de reunião e intercâmbio dos movimentos que lutam contra o neoliberalismo." Nos FSM também se mostram as capacidades de emancipação em diversos exemplos e experiências retratadas dentro dos debates e atividades propostas pela organização. Em linhas gerais são debatidos temas como o desenvolvimento democrático, cidadania, cooperativismo, desenvolvimento local, direitos humanos, cultura, problemas sociais, problemas ambientais, a globalização neoliberal, etc. Como resultado, os inúmeros estudos realizados são apresentados a toda sociedade em forma de relatórios, sugestões, alternativas e também em ações diretas de combate aos determinados pontos referidos. Discorrendo sobre a corrente de proteção das comunidades locais, Boaventura de Sousa Santos afirma que:

O novo protecionismo parte da idéia de que a economia global, longe de ter eliminado o velho protecionismo, é, ela própria, uma tática protecionista das empresas multinacionais e dos bancos internacionais contra a capacidade das comunidades locais de preservarem a sua própria sustentabilidade e a da natureza. (SANTOS, 2005, p.73).

Conclui-se que a globalização contra-hegemônica e as propostas de localização das iniciativas, não têm como objetivo o isolamento ou fechamento econômico. As alternativas apresentadas entre os diversos campos de sociabilização são formuladas como medidas de proteção no âmbito interno e na maximização dos potenciais dentro das economias locais diversificadas.

2.1 Movimentos sociais, ONGS e o terceiro setor

Os movimentos sociais e Ongs que realizam diversas atividades e projetos a nível local e global, influenciam pro-ativamente o desenvolvimento de políticas sociais, possuindo um papel fundamental no processo de desenvolvimento local. Porém observa-se que nos últimos anos a quantidade de organizações e movimentos sociais aumentou exponencialmente, cabendo realizar certas ponderações em relação ao denominado Terceiro Setor. Segundo Tarso Cabral Violin, existe na atualidade um amplo debate sobre a questão, que propõe identificar quais são as entidades ou instituições que se enquadram neste contexto, questionando se a utilização do termo é corretamente aplicado, associando os títulos de ordenamento jurídico e a maneira de concessão às entidades. Outro aspecto discutido refere-se às funções do Terceiro Setor visto que muitas vezes é considerado como um substituto do Estado na prestação dos serviços sociais (VIOLIN, 2006). Continuando sua abordagem sobre a definição conceitual do Terceiro Setor, Violin cita Boaventura de Sousa Santos quando afirma que:

Boaventura de Sousa Santos define terceiro setor como “uma designação residual e vaga com que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis”, “privadas”, que “que não visam fins lucrativos”, e são “animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos”. (VIOLIN, 2006, p.117).

Desta forma apontam-se vários aspectos a serem analisados para evitar distorções sobre o tema. Um dos fatos é a existência de disparidades e incoerências sobre o campo conceitual, pois se de um lado o consenso abre um grande leque de títulos e classificações, por outro muitas vezes apresentam dicotomias entre os objetivos dos movimentos sociais e ongs que nele se enquadram. Entende-se neste trabalho que o alinhamento engloba o caráter cosmopolita, reivindicador de direitos, onde as ações realizadas se adequam em favor da estruturação social contra-hegemônica. A participação das organizações não governamentais é proposta de forma crítica pela própria concepção do tema e também pelo direcionamento necessário para se legitimar as alternativas em favor do desenvolvimento local. No atual contexto global hegemônico os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, possuem a difícil tarefa de não somente atuar na respectiva área, mas também de elucidar sua própria condição como protagonista, direcionando o posicionamento crítico aos problemas sociais. Outro fator importante a se considerar é a mediação da localização contra-hegemônica a nível global, onde as atividades encontradas localmente atuam dentro do ambiente criado pela globalização contra-hegemônica. Independentemente da área de atuação dos movimentos sociais e ongs, acredita-se que as ações não devem apresentar-se somente às consequências da desigualdade, mas também no sentido de mudanças reais às suas causas. Atividades de filantropia e solidariedade são fundamentais, porém se o alinhamento estratégico das atividades e medidas não se aplicarem aos aspectos determinantes das exclusões, o que se observará é a manutenção do subdesenvolvimento.

3 Conscientização acerca do desenvolvimento local

Desenvolver localmente quaisquer regiões de países com um ambiente econômico e político com as características de exclusão que foram citadas, exige a compreensão de que as mudanças ocorrem em progressos setoriais que ao longo prazo identificam a qualidade de amadurecimento e consolidação da democracia participativa. Os fatores favoráveis ao desenvolvimento local exigem nestes casos, da integração entre os diversos atores da sociedade e principalmente o conhecimento das demandas sociais que foram excluídas da pauta de desenvolvimento. Em consequência cria-se um ambiente de participação pessoal direta dos cidadãos, em colaborações focadas com mesmo propósito de atender a essas alternativas. Este pensamento atrai como ponto chave a defesa da participação da comunidade nas tomadas de decisão. A construção de resultados positivos se dá pela articulação horizontal dos atores locais e pelo uso da criatividade de criar oportunidades peculiares à região.

No Brasil o Instituto Cidadania realizou entre 2005 e no ano de 2006, um estudo sobre o desenvolvimento local apresentando o Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local. Segundo o documento, existem oito eixos principais que podem ser considerados como entraves na aplicação de práticas para o desenvolvimento local. São elas: financiamento e comercialização; tecnologia; desenvolvimento institucional; informação; comunicação; educação e capacitação; trabalho, emprego e renda; sustentabilidade ambiental. Em cada uma das áreas citadas encontram-se barreiras e dificuldades, que se apresentam por aspectos específicos na implementação do desenvolvimento local. Porém o estudo apontou sugestões e propostas no sentido de não somente abordar as possíveis soluções para os determinados problemas como também ressaltou a necessidade de integração entre as atividades por parte dos diversos atores envolvidos, sejam administrações municipais, empresas e organizações da sociedade civil. Outro ponto importante é a constatação de que quando os principais entraves são analisados pela interação dos diversos agentes, observa-se a tendência de identificação de oportunidades e diversificação das atividades tanto econômicas como também culturais e sociais.

Analisa-se que o desenvolvimento local parte do pressuposto de que os agentes da sociedade (governos, cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil) de determinada localidade estão integradas e formam um consenso sobre as características econômicas da região, assim como as oportunidades para que se desenvolvam segundo suas peculiaridades. Estas características envolvem a inteligência coletiva direcionada à "sustentabilidade dos processos de desenvolvimento" (DOWBOR, 2008, p.91). Segundo o autor

Em particular, ao se deslocar boa parte das iniciativas do desenvolvimento para o nível local, aproxima-se a decisão do espaço onde o cidadão pode efetivamente participar, enfrentando em particular a questão das periferias urbanas que se tornaram a forma dominante da manifestação da nossa tragédia social. (DOWBOR, 2008, p.85).

Observa-se então a importância do desenvolvimento não somente econômico, mas fundamentalmente centrado nas pessoas e no ambiente. E neste sentido, José Murilo de Carvalho defende a conscientização por parte da sociedade de que é preciso reivindicar os direitos e não simplesmente buscar a emancipação econômica (CARVALHO, 2004). As condições relacionadas entre os Estados nacionais, a aplicação de alternativas e a participação democrática, retratam a necessidade de o Estado ser forte e estar direcionado aos propósitos não somente de crescimento econômico, mas também na consolidação da democracia participativa. Neste sentido Ladislau Dowbor explica que

Estes objetivos nos levam ao conceito de articulação da regulação local com o poder do Estado. "Apesar de apontar para uma política localmente enraizada, um desenvolvimento alternativo requer um Estado forte para implementar as suas políticas. Um Estado forte, no entanto, não precisa ser pesado no topo, com uma burocracia arrogante e enrijecedora. Será mais bem um Estado ágil e que responde e presta conta aos seus cidadãos. É um Estado que se apoia amplamente numa democracia inclusiva na qual os poderes para administrar os problemas serão idealmente manejados localmente, restituídos às unidades locais de governança e ao próprio povo, organizado nas suas próprias comunidades".(DOWBOR, 2006, p.2).

Abordando o campo conceitual da expressão desenvolvimento local Ávila (2003, p.17) afirma: "A capital importância da questão se baseia em que o significado conceitual e real do desenvolvimento local pode ser encarado pelo menos sob as três seguintes óticas relacionadas". Observam-se então as características dimensionadas pelo autor:

A da relação do mundo desenvolvido com suas próprias periferias, carências e pobreza internas e socioeconomicamente desequilibradoras; a da atual relação de dependência e subjugo do mundo subdesenvolvido ao mundo desenvolvido; a da relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de efetiva e emancipadamente se desenvolver (tornando-se capaz de romper às amarras tanto internas quanto externas que o prendem ao subdesenvolvimento), a partir de comunidades-localidades concretas e bem definidas. (ÁVILA, 2003, p.17).

Sobre a primeira ótica o autor descreve que:

No caso da primeira ótica o Desenvolvimento Local se reduz a canal de extensão das prerrogativas básicas do desenvolvimento, já reinante nas zonas desenvolvidas, às zonas ou bolsões periféricos, carentes ou pobres de determinado país desenvolvido. (ÁVILA, 2003, p.18).

Conclui-se que em relação à primeira ótica, a implementação do desenvolvimento local, neste caso, não pressupõe nas maneiras de as comunidades localidades se relacionarem com os paradigmas do próprio desenvolvimento em curso. Nota-se também que não existem verdadeiras intenções de mudá-las visto que são elas as responsáveis pela manutenção e aumento do crescimento e desenvolvimento nos países desenvolvidos, mantendo a condição de subdesenvolvimento na periferia. Este fato pode ser considerado como uma das formas pela qual a assimilação dos localismos globalizados ocorre nos países em desenvolvimento como globalismos localizados.

Em relação à segunda ótica, o autor discorre que além de não pressupor alterações nas supranacionais maneiras de relacionamento o desenvolvimento local neste caso "nunca ultrapassará as fronteiras do assistencialismo" (ÁVILA, 2003, p.18). Conclui-se desta forma que o Desenvolvimento Local tem sido pensado também nesta ótica como fator de comunidades periféricas, pobres ou carentes, não relacionando a comunidade sem distinguir as classes a ela envolvidas ricas e pobres. Em relação à terceira ótica constata-se que a relação do mundo subdesenvolvido com suas próprias chances de desenvolver efetiva e emancipadamente, tornando-se capaz de romper as amarras tanto internas quanto externas, pressupõe alterações nos métodos de as comunidades-localidades envolvidas se relacionarem com os paradigmas do desenvolvimento econômico capitalista (ÁVILA, 2003). Isto implica a promoção e o fomento de mudanças em relação à própria concepção do estado de subdesenvolvimento, tornando-se possível mensurar e compreender a realidade praticada no cotidiano nas interações entre os países centrais sobre os periféricos.

A compreensão do Desenvolvimento Local como um processo de desenvolvimento endógeno, ainda não se demonstra claramente sujeito na realidade da vida social. Este fato se dá em razão da distância entre as alternativas locais desenvolvidas e as políticas públicas e privadas que são concebidas por interesses e influências externas. Vicente Fideles de Ávila afirma que:

A concepção de Desenvolvimento Local (como processo de desenvolvimento cultural e socioeconômico emergente de dentro-para-fora da própria comunidade-localidade, em escala emancipatória que a alce à condição de sujeito e não de mero objeto mesmo – que - participante desse processo) só agora vem chegando à tona de maneira sistematicamente trabalhada, razão pela qual as instâncias públicas e privadas do Brasil e de quaisquer outros países ainda não tiveram oportunidade e sequer preocupação de vincarem a essência lógica do DL endógeno emancipatório em suas políticas e programações institucionais. (ÁVILA, 2006, p.138).

Resume-se que observadas as interações citadas acima, a conscientização da própria situação de subdesenvolvimento por parte da sociedade, destaca-se como o primeiro fator condicionante à transformação é a emancipação social e de desenvolvimento local. Observa-se também que, desde o seu conceito à prática efetiva, a correlação entre os ambientes pauta-se na integração e mobilização de diversos agentes locais e globais, da participação dos cidadãos e organizações da sociedade civil à regulação dos mercados e Estados, transpondo as influências econômicas e passando-se à emancipação social participativa.

Considerações finais

As práticas de desenvolvimento local são uma das poucas vias se não a única capaz de abordar o combate aos graves problemas da sociedade com integridade e representatividade a partir da contribuição ativa dos cidadãos. As políticas adotadas pelos processos de globalização hegemônica muitas vezes divergem com o próprio objetivo de manutenção do capitalismo, visto que a insustentabilidade econômica e ambiental provocadas pelo modelo são realidades incontestáveis. Tentou-se neste trabalho articular algumas considerações acerca do desenvolvimento local onde a emancipação social é considerada como premissa de integração entre os diversos atores envolvidos. Os desafios do tema propõem o alinhamento com o conceito de globalização contra-hegemônica e a forte ligação da crítica dos problemas e desigualdades causadas pela globalização hegemônica. Observou-se a desarticulação dos interesses internos nos países subdesenvolvidos, visto que as reformas de ajustamento neoliberal criam ferramentas que dificultam iniciativas de desenvolvimento local e o amadurecimento da própria democracia. O principal argumento é dado pela forma como as políticas públicas e privadas vem buscando o condicionamento dominante dos agentes econômicos globais e criando novas ferramentas de alavancagem do capital financeiro. O direcionamento da economia segundo o interesse dos mercados limita drasticamente as possibilidades dos governos em geral alcançarem êxito no alinhamento dos seus programas de governos com as pautas do desenvolvimento. Também no campo conceitual tentou-se fazer poucas, mas importantes ponderações sobre o terceiro setor e a participação da sociedade civil que são peças indispensáveis na reivindicação de direitos e mudanças políticas que objetivem a melhoria na qualidade de vida da sociedade. Os debates acerca da globalização contra-hegemônica e do desenvolvimento local apresentam-se como grandes influenciadores das culturas e práticas de participação direta da sociedade nas decisões relevantes ao pleno desenvolvimento sustentável.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles. **Cultura, desenvolvimento local, solidariedade e educação**. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Local: O desenvolvimento na perspectiva do desenvolvimento humano. UCDB, 2003. Disponível em: <<http://www.ucdb.br/coloquio>>. Acesso em: 29 out. 2008.

ÁVILA, Vicente Fideles. Realimentando discussão sobre teoria de desenvolvimento local (DL). **Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.8, n.13, set. 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DOWBOR, Ladislau. **O desenvolvimento local e a racionalidade econômica**. Rede de Tecnologia Social RTS. 2006. Disponível em: <<http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2006/o-desenvolvimento-local-e-a-racionalidade-economica/>>. Acesso em: 29 out. 2008.

FIORI, José Luís. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.127-188.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O desafio ambiental. In: SADER, Emir (Org.). **Os porquês da desordem global**. Mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2004.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Estud. Av.**, v.8, n.21, ago. 1994.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto política nacional de apoio ao desenvolvimento local** – documento de conclusão versão inicial para discussão, complementação e ajustes. 2005, 2006.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2005.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. Hegemonia e Contra-Hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther (Org.). **Hegemonias e emancipações no século**. 1.ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005. p.15-34.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Crítica a governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 72, p.7-44, out. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Processos de globalização. In: SANTOS, B. S. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005; Porto: Afrontamento, 2001, p.31-106.

TAVARES, Maria da Conceição. As políticas de ajuste no Brasil: os limites da resistência. In: TAVARES, M. C.; FIORI, J. L. **Desajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p.75-126.

VIOLIN, Tarso Cabral. **Terceiro setor e as parcerias com a administração pública: uma análise crítica**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.